



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 9 de junho de 2022
(OR. en)

10064/22

FIN 648

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	8 de junho de 2022
para:	Secretariado-Geral do Conselho
n.º doc. Com.:	COM(2022) 401 final
Assunto:	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO TRIBUNAL DE CONTAS Relatório anual sobre a gestão e a execução do orçamento da UE – Exercício financeiro 2021

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2022) 401 final.

Anexo: COM(2022) 401 final



Estrasburgo, 7.6.2022
COM(2022) 401 final

RELATÓRIO DA COMISSÃO

AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO TRIBUNAL DE CONTAS

**Relatório anual sobre a gestão e a execução do orçamento da UE - Exercício financeiro
2021**



Annual Management and Performance Report for the EU Budget

Volume I

FINANCIAL YEAR

2021

[#EUBUDGET](#)

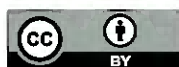
INTEGRATED FINANCIAL AND
ACCOUNTABILITY REPORTING 2021

Budget

The European Commission is not liable for any consequence stemming from the reuse of this publication.

Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2022

© European Union, 2022



The reuse policy of European Commission documents is implemented by Commission Decision 2011/833/EU of 12 December 2011 on the reuse of Commission documents (OJ L 330, 14.12.2011, p. 39). Unless otherwise noted, the reuse of this document is authorised under a Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0) licence (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>). This means that reuse is allowed provided appropriate credit is given and any changes are indicated.

For any use or reproduction of elements that are not owned by the European Union, permission may need to be sought directly from the respective rightholders.

All photos © European Union, unless otherwise stated.

2021 Annual Management and Performance Report for the EU Budget – Volume I

Print	ISBN 978-92-76-49919-0	ISSN 2599-7084	doi:10.2761/022851	KV-AQ-22-001-EN-C
EPUB	ISBN 978-92-76-49866-7	ISSN 2599-7092	doi:10.2761/07897	KV-AQ-22-001-EN-E
PDF	ISBN 978-92-76-49892-6	ISSN 2599-7092	doi:10.2761/093153	KV-AQ-22-001-EN-N

Also available:

2021 Annual Management and Performance Report for the EU Budget – Volume II – Annexes

Print	ISBN 978-92-76-51013-0	ISSN 2599-7084	doi:10.2761/733952	KV-AQ-22-002-EN-C
EPUB	ISBN 978-92-76-51014-7	ISSN 2599-7092	doi:10.2761/748965	KV-AQ-22-002-EN-E
PDF	ISBN 978-92-76-51012-3	ISSN 2599-7092	doi:10.2761/285345	KV-AQ-22-002-EN-N

2021 Annual Management and Performance Report for the EU Budget – Volume III – Technical annexes

Print	ISBN 978-92-76-51105-2	ISSN 2599-7084	doi:10.2761/762638	KV-AQ-22-003-EN-C
EPUB	ISBN 978-92-76-51106-9	ISSN 2599-7092	doi:10.2761/487237	KV-AQ-22-003-EN-E
PDF	ISBN 978-92-76-51104-5	ISSN 2599-7092	doi:10.2761/064137	KV-AQ-22-003-EN-N

O *Relatório anual sobre a gestão e a execução do orçamento da UE – Exercício financeiro de 2021*, juntamente com os seus anexos, constitui o principal contributo da Comissão para o processo anual de quitação⁽¹⁾ através do qual o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia examinam a execução do orçamento da UE. Cumpre as obrigações que incumbem à Comissão por força do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia⁽²⁾ e do Regulamento Financeiro⁽³⁾. A execução do orçamento da UE é uma responsabilidade partilhada. A Comissão trabalha em estreita colaboração com os Estados-Membros e com outros parceiros e organizações.

O relatório é composto por três volumes, conforme descrito a seguir.

- O volume I apresenta os principais factos e realizações no que respeita à gestão orçamental para 2021.
- O volume II apresenta uma imagem mais abrangente da execução do orçamento da UE. O anexo 1 apresenta uma panorâmica do desempenho do orçamento da UE em 2021. O anexo 2 apresenta uma panorâmica geral do controlo interno e da gestão financeira. O anexo 3 abrange os aspetos de desempenho e de conformidade do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.
- O volume III contém anexos técnicos em apoio do relatório. Inclui o anexo 4, com informações pormenorizadas sobre o desempenho programa a programa na «Visão geral do desempenho do programa».

O presente relatório faz parte do pacote mais alargado de apresentação integrada de relatórios financeiros e de prestação de contas⁽⁴⁾, o qual inclui igualmente as contas anuais consolidadas⁽⁵⁾, uma previsão a longo prazo dos futuros fluxos de entrada e de saída para os próximos cinco anos⁽⁶⁾, o relatório sobre auditorias internas⁽⁷⁾ e o relatório sobre o seguimento da quitação⁽⁸⁾.

(1) O processo de quitação anual é o processo através do qual o Parlamento Europeu e o Conselho dão a sua aprovação final à execução do orçamento de um determinado ano e responsabilizam politicamente a Comissão pela execução do orçamento da UE (https://ec.europa.eu/info/about-european-commission/eu-budget/how-it-works/annual-lifecycle/assessment/parliaments-approval_en).

(2) Artigo 318.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

(3) Artigo 247.º, n.º 1, alínea b) e alínea e), do Regulamento Financeiro.

(4) Artigo 247.º do Regulamento Financeiro.

(5) Artigo 246.º do Regulamento Financeiro.

(6) Artigo 247.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento Financeiro.

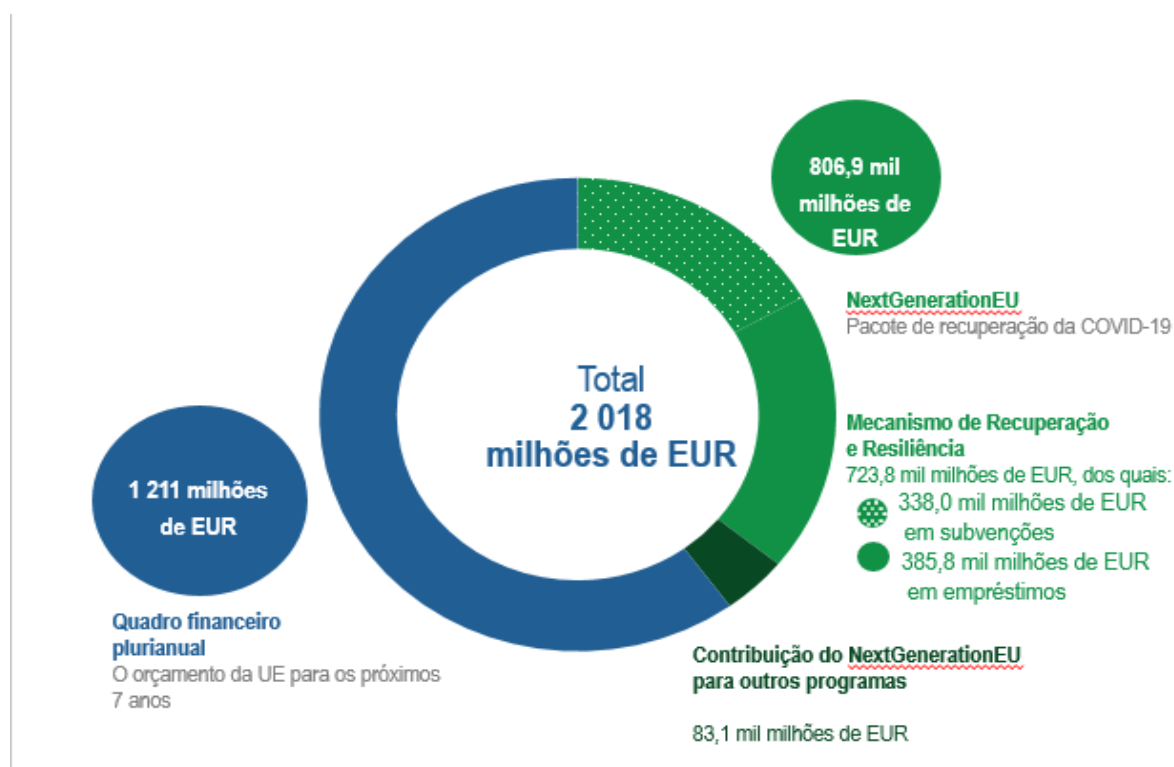
(7) Artigo 118.º, n.º 8, do Regulamento Financeiro.

(8) Artigo 261.º, n.º 3, do Regulamento Financeiro.

Estar à altura do desafio: a UE investe num futuro mais ecológico, digital e resiliente

Em 2021, a UE enviou um sinal de solidariedade e força, combatendo uma crise sem precedentes. A solidariedade foi determinante para conter a pandemia de COVID-19 e para atenuar o seu impacto económico e social. Assistimos à maior e mais rápida implantação da vacinação na história da UE, na sequência da aquisição comum de vacinas mediante uma utilização inovadora do orçamento da UE através do Instrumento de Apoio de Emergência. O orçamento da UE também financiou infraestruturas para a emissão e verificação de certificados digitais da COVID-19, estabelecendo um padrão muito para além das fronteiras da UE. A UE apoiou os cidadãos e as empresas para ultrapassarem as consequências da crise. Simultaneamente, reagiu aos desafios mundiais.

A UE conseguiu não apenas superar a crise, mas também aproveitar as oportunidades decorrentes da mesma. O orçamento da UE faz com que a Europa esteja preparada para o futuro, ao antecipar a sua resposta aos desafios cruciais da ação climática e da digitalização. Investe num futuro mais sustentável e resiliente para a UE e os seus Estados-Membros. Juntamente com o quadro financeiro plurianual 2021-2027, o instrumento de recuperação específico, NextGenerationEU, está no cerne da ação coletiva da UE. Com um pacote de estímulo recorde, de mais de 2 biliões de EUR, a economia da UE começou a recuperar em 2021 - mais rápido do que o previsto.



O quadro financeiro plurianual 2021-2027 da UE e o NextGenerationEU. Todos os montantes são expressos em milhares de milhões de EUR, a preços correntes.

Fonte: Comissão Europeia.

O NextGenerationEU funciona graças a uma abordagem adaptada e orientada para o desempenho. Com uma dotação sem precedentes, de até 807 mil milhões de EUR⁽⁹⁾, o NextGenerationEU aumentou drasticamente a capacidade do orçamento da UE. O seu principal programa, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, é um instrumento único e inovador para financiar investimentos e reformas. Os Estados-Membros apresentam os seus planos de recuperação e resiliência, que incluem reformas e investimentos para dar resposta aos seis grandes domínios de intervenção no âmbito do mecanismo, às recomendações específicas por país adotadas pelo Conselho no contexto do Semestre Europeu e às metas ecológicas e digitais. O financiamento prestado no âmbito do mecanismo depende da execução bem-sucedida dos investimentos e reformas contidos nos planos, em consonância com a incidência no desempenho do novo orçamento de longo prazo (ver caixa *infra*). Até ao final do ano, tinham sido adotados 22 planos nacionais de recuperação e resiliência.

O orçamento de longo prazo e o NextGenerationEU: o orçamento da UE está centrado na consecução de objetivos

O desempenho e os resultados estão no cerne do novo orçamento de longo prazo e do NextGenerationEU. Os novos programas foram concebidos para apresentarem resultados tangíveis no terreno. No caso do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, os pagamentos estão explicitamente associados ao cumprimento de marcos e metas pelos Estados-Membros. Além disso, cada programa da UE contém objetivos claros e ambiciosos e indicadores conexos para ajudar a garantir que esses objetivos foram alcançados. A Comissão publicou uma comunicação em junho de 2021 que descreve o novo quadro de desempenho⁽¹⁰⁾.

O novo orçamento de longo prazo também ofereceu a oportunidade de rever a eficiência da execução do orçamento da UE. Os programas têm de garantir uma abordagem mais integrada aos desafios políticos, como acontece por exemplo no caso do Instrumento de Vizinhaça, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional - Europa Global, que reúne a maior parte dos antigos programas de ação externa da UE no quadro do orçamento da UE. Outro exemplo é a reformulação das agências de execução, em que a Comissão criou novas agências para alinhar completamente as respetivas carteiras com as prioridades estratégicas da Comissão e explorar as sinergias entre programas e políticas (tais como a nova Agência de Execução Europeia da Saúde e do Digital).

A UE proporcionou liquidez aos Estados-Membros utilizando todos os recursos orçamentais disponíveis. No âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, os Estados-Membros receberam 64 mil milhões de EUR em 2021 - a maior parte sob a forma de pré-financiamento para os planos nacionais de recuperação e resiliência, nos Estados-Membros onde já foram aprovados⁽¹¹⁾. A execução da política de coesão acelerou em 2021, tendo sido pago um montante recorde de 69 mil milhões de EUR aos Estados-Membros. Tal deveu-se também à rápida reação à crise de COVID-19. As Iniciativas de Investimento de Resposta ao Coronavírus, criadas em 2020, permitiram a mobilização completamente flexível de todos os fundos remanescentes dos programas da política de coesão 2014-2020. Foram reafetados 23 mil milhões de EUR ao setor da saúde e a medidas para combater os efeitos da crise. Por último, através de financiamento adicional do NextGenerationEU por meio do REACT-EU, foram pagos 7 mil milhões de EUR adicionais, fazendo com que os Estados-Membros recebessem um total de 140 mil milhões de EUR em liquidez em 2021.

Além da liquidez, o orçamento da UE é um veículo para a solidariedade europeia. A seguir à pandemia de COVID-19, catástrofes naturais como inundações graves e incêndios florestais causados pela seca afetaram substancialmente vários Estados-Membros. Através do Mecanismo de

⁽⁹⁾ 807 mil milhões de EUR a preços correntes, 750 mil milhões de EUR a preços de 2018.

⁽¹⁰⁾ https://ec.europa.eu/info/publications/communication-eu-budget-performance-framework-2021-2027_en.

⁽¹¹⁾ Para mais informações, consultar o anexo 3.

Proteção Civil da UE, esta última disponibilizou aos Estados-Membros afetados 332 milhões de EUR em assistência imediata na sequência de catástrofes. Em 2021, o mecanismo foi ativado 114 vezes. Em 2022, a guerra na Ucrânia também desencadeou a maior operação de emergência desde a criação do mecanismo.

O esforço de recuperação está orientado para a criação de um futuro mais ecológico e mais digital. A UE aumentou a sua ambição em termos de financiamento relacionado com o clima para 30 % do orçamento global da UE, incluindo o NextGenerationEU, refletindo também os compromissos assumidos pela UE a nível internacional, nomeadamente o Acordo de Paris e os objetivos de desenvolvimento sustentável. No âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, pelo menos 37 % do financiamento será destinado a investimentos e reformas que combatam as alterações climáticas e pelo menos 20 % para promover a transição digital. Muitos dos planos nacionais de recuperação e resiliência adotados até ao final de 2021 excedem estes requisitos mínimos, mostrando um compromisso comum em relação à dupla transição climática e digital na UE. Globalmente, os Estados-Membros afetaram cerca de 40 % do financiamento ao combate às alterações climáticas e cerca de 26 % à promoção da transição digital. A substituição da energia fóssil e a transição digital são determinantes - não apenas para sair mais forte da pandemia, mas também para reforçar a nossa autonomia estratégica aberta e resistir ao impacto da guerra da Rússia contra a Ucrânia. Na caixa abaixo são assinaladas as principais prioridades.

A dupla transição no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência: principais prioridades para a transição climática e digital

- Em relação à atenuação e ao combate às alterações climáticas, aproximadamente três quartos do financiamento incidem sobre a transição energética e a criação de transportes sustentáveis. A fim de alcançar a neutralidade carbónica até 2050, a tónica é colocada no aumento do abastecimento energético a partir de fontes não poluentes e na diminuição da procura de energia em geral. As áreas de investimento incluem o aumento da produção de energias renováveis e muitos projetos dedicados à eficiência energética, por exemplo melhorando a qualidade dos edifícios e do isolamento.
- Para contribuir para a transição digital e fazer face aos desafios que comporta, as reformas e investimentos neste domínio vão no sentido de criar serviços públicos digitais (37 %), aumentar o nível de digitalização das empresas, em especial as pequenas e médias empresas (20 %), e proporcionar às pessoas as competências digitais necessárias para participarem nestas mudanças (17 %) ⁽¹²⁾. Em consonância com a comunicação relativa à década digital ⁽¹³⁾, que identifica a importância dos serviços públicos digitais, as medidas incluem soluções de administração pública em linha para modernizar e melhorar os processos da administração pública, por exemplo mediante a integração de soluções de identificação eletrónica nos processos que envolvam o Estado e a garantia de interoperabilidade das várias plataformas públicas digitais.

Pela primeira vez, os principais objetivos políticos globais da UE - tais como a luta contra as alterações climáticas - estão plenamente integrados nos programas do orçamento da UE. Enquanto parte do pacote relativo ao *Relatório anual sobre a gestão e a execução do orçamento da UE*, a Comissão está a apresentar as metodologias aplicadas para acompanhar a contribuição do orçamento da UE para estes três objetivos políticos.

⁽¹²⁾ Os números correspondem a cálculos baseados nas metodologias estabelecidas nos anexos VI e VII do Regulamento que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

⁽¹³⁾ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX:52021DC0118>.

- A luta contra as alterações climáticas, em que a metodologia de acompanhamento atualizada assenta numa classificação das intervenções baseada em efeitos. Foi consagrada de uma forma coerente em todos os atos de base importantes.
- Travar e reverter a perda de biodiversidade, em que a metodologia de acompanhamento foi amplamente atualizada de um modo similar.
- Promover a igualdade de género, em que está a ser aplicada uma metodologia-piloto, que reflete o facto de a maior parte do orçamento da UE ter potencial para contribuir positivamente para a promoção da igualdade de género.

A UE respondeu a diversos desafios mundiais utilizando o orçamento da UE de uma forma eficaz e flexível. Para responder ao défice de investimento estrutural a nível global, a UE lançou a iniciativa «Global Gateway». A iniciativa irá mobilizar 300 mil milhões de EUR entre instituições da UE e Estados-Membros, numa abordagem Equipa Europa, para apoiar investimentos em infraestruturas digitais, energéticas e de transportes e reforçar os sistemas de saúde, educação e investigação. A resposta às necessidades mais imediatas, o fornecimento de vacinas contra a COVID-19 a países terceiros e o apoio a soluções para a crise dos refugiados desencadeada pelos desenvolvimentos no Afeganistão e na Síria ocuparam um lugar central. O acordo orçamental que acompanhou o pacote para os refugiados sírios no outono de 2021 representou um marco importante. Ao mesmo tempo, já se tinha começado a sentir um avolumar de tensões nas fronteiras orientais da UE em 2021, onde foram instrumentalizados movimentos migratórios para colocar pressão política sobre a UE. Em termos orçamentais, estes vários desafios exigiram uma redefinição proativa das prioridades e a utilização extensiva da flexibilidade existente. A dimensão externa representou 0,9 mil milhões de EUR, a maior fatia dos reforços orçamentais de 2 mil milhões de EUR usados em 2021.

No ponto de transição entre orçamentos de longo prazo, os programas da UE no âmbito do orçamento para o período de 2014-2020 continuam a ser executados e a apresentar resultados em prol dos cidadãos da UE. O orçamento da UE é principalmente um orçamento de investimento, que visa, antes de mais, proporcionar valor a longo prazo à UE. Muitos programas continuaram a registar progressos em relação às respetivas metas de desempenho. O gráfico *infra* mostra que, em relação a programas que representam 85 % do orçamento da UE, a grande maioria dos indicadores de desempenho está no bom caminho. Os anexos 1 e 4 do presente relatório fornecem mais pormenores sobre programas individuais e o seu desempenho.



Repartição do orçamento do período de 2014-2020 por progressos dos programas subjacentes. O gráfico apresenta os progressos conforme medidos pela percentagem de indicadores selecionados para a visão geral do desempenho do programa que foram cumpridos ou estão no bom caminho para o cumprimento. Mostra, por exemplo, que em relação a programas que representam 60 % do orçamento para o período de 2014-2020, todos os indicadores foram cumpridos ou estão no bom caminho para o cumprimento.

Fonte: Comissão Europeia.

Uma capacidade avançada de contração de empréstimos permite ao NextGenerationEU cumprir os objetivos

Para financiar o NextGenerationEU, a Comissão criou um programa eficiente de emissão de obrigações em tempo recorde. Começando formalmente a funcionar apenas no início de 2021, a Comissão emitiu a primeira obrigação em 15 de junho de 2021, que foi muito aclamada e registou uma procura recorde. No final de 2021, a Comissão tinha angariado quase 93,5 mil milhões de EUR em financiamento de longo prazo, complementado por instrumentos financeiros de curto prazo da UE, para financiar os primeiros desembolsos previstos aos Estados-Membros no âmbito do NextGenerationEU. Estas novas obrigações da UE foram muito bem recebidas pelos mercados, assumindo parcialmente o papel de um ativo seguro denominado em euros, algo que o mercado tem vindo a pedir há algum tempo. Em 2021, os custos da contração de empréstimos a 10 anos foram na sua maioria negativos e muito abaixo da média dos custos da contração de empréstimos de Estados-Membros individuais.

O NextGenerationEU também reflete os nossos objetivos políticos em termos de estratégia de financiamento, porquanto estamos a emitir um máximo de 250 mil milhões de EUR em obrigações verdes. A Comissão publicou o plano para o seu programa de obrigações verdes, o quadro das obrigações verdes do NextGenerationEU⁽¹⁴⁾, em setembro de 2021. Este quadro descreve as modalidades e as condições das suas obrigações verdes em consonância com as melhores práticas do mercado. Foi certificado por peritos externos, oferecendo garantias a potenciais investidores de que as receitas provenientes das obrigações verdes da UE serão usadas para financiar investimentos e reformas verdes legítimos.

A primeira emissão de obrigações verdes do NextGenerationEU foi um sucesso a vários níveis. Com 12 mil milhões de EUR angariados em outubro de 2021, a primeira emissão da UE representou a maior emissão do mundo de obrigações verdes até à data. O facto de ter sido objeto de subscrição excessiva por 11 vezes mostrou uma elevada procura desse tipo de ativo por parte do mercado. Estas obrigações verdes também contribuem para acelerar um círculo virtuoso de concessão de financiamento para investimentos sustentáveis. Após a primeira emissão, a Comissão angariou mais 2,5 mil milhões de EUR de obrigações verdes ao abrigo do programa de obrigações verdes da UE em 2021 e 6 mil milhões de EUR até ao final de maio de 2022. Nos próximos anos, espera-se que este programa torne a UE no maior emitente do mundo de obrigações verdes, dando um impulso ao financiamento ecológico em termos mais gerais e reforçando o caráter atrativo do euro para os investidores mundiais e, deste modo, o seu papel internacional.

Apesar das condições de mercado exigentes em 2022, as emissões de obrigações da UE continuam a registar procura. Devido à invasão injustificada e não provocada da Ucrânia por parte da Rússia e à conjuntura económica mais geral, os mercados de obrigações foram recentemente sujeitos a uma grande pressão. Não obstante estes desafios, a Comissão não teve qualquer dificuldade em colocar mais obrigações no mercado, apesar dos custos da contração de empréstimos terem subido em consonância com as condições de mercado mais desfavoráveis de um modo geral. A flexibilidade proporcionada pela estratégia de financiamento diversificada da Comissão permitir-lhe-á prosseguir o seu programa de financiamento de uma forma eficaz em termos de custos. As obrigações verdes do NextGenerationEU continuaram a receber uma procura excecional e reações

⁽¹⁴⁾ https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/about_the_european_commission/eu_budget_nextgenerationeu_green_bond_framework.pdf.

positivas, em parte devido à publicação do Painel das Obrigações Verdes (*Green Bond Dashboard*)⁽¹⁵⁾.

Após um ano de 2021 repleto de desafios, as pressões sobre o orçamento da UE continuarão a aumentar em 2022

A adoção tardia do quadro financeiro plurianual 2021-2027 originou sérios desafios em 2021.

Os legisladores apenas adotaram os atos jurídicos que estabelecem a nova geração de programas no decurso de 2021. Contudo, graças a um trabalho preparatório intensivo, a Comissão conseguiu lançar muitos dos programas sem mais atrasos, em especial aqueles diretamente geridos pela própria instituição. Na modalidade de gestão partilhada, a adoção tardia do Regulamento Disposições Comuns, que estabelece o quadro regulamentar para programas em regime de gestão partilhada com os Estados-Membros (tais como os fundos da política de coesão), significou que a execução dos novos programas não pôde iniciar-se em 2021, apesar de os preparativos no terreno terem começado. Embora o orçamento de 2021 tenha transitado para anos futuros, a Comissão está a trabalhar intensamente com os Estados-Membros para adotar acordos de parceria e programas o mais rápido possível.

O direcionamento da política de coesão para o combate à COVID-19 permitiu que a UE reagisse rapidamente.

A flexibilidade adicional introduzida no financiamento da coesão permitiu à UE proporcionar liquidez aos Estados-Membros muito rapidamente, acelerando consideravelmente os pagamentos. Embora indispensável para ajudar os Estados-Membros a responderem às necessidades imediatas da crise no setor da saúde, no emprego e nas empresas, em especial as pequenas e médias empresas, a reorientação do financiamento da coesão significou desviar temporariamente apoio de algumas prioridades de investimento a longo prazo. O REACT-EU, que prepara a transição ecológica e digital, ofereceu uma oportunidade para compensar essa redefinição temporária das prioridades do financiamento da coesão, permitindo a retoma de projetos anteriormente interrompidos em prol das necessidades de emergência.

2022 será outro ano de incerteza e desafios, inclusive para o orçamento da UE. A invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 desencadeou novas dinâmicas importantes que têm implicações profundas para a Ucrânia, bem como para a UE e a sua economia e sociedade. Ao mesmo tempo, enfrentamos vários outros desafios: a pandemia não acabou, podem surgir novas variantes, pelo que é necessária uma vigilância contínua. A inflação atingiu níveis como não se via há décadas, reduzindo a capacidade financeira efetiva do orçamento da UE, que é atualizado por um deflator fixo de 2 % - muito abaixo do nível real de inflação. As tensões na cadeia de abastecimento estão a contribuir para as elevadas pressões inflacionistas e estão a afetar a autonomia estratégica aberta da UE em domínios como os circuitos integrados. O número de catástrofes naturais parece estar a aumentar.

Tal colocará mais pressão sobre o orçamento da UE e a sua gestão e execução, sublinhando o imperativo de uma agenda centrada na criação de resiliência.

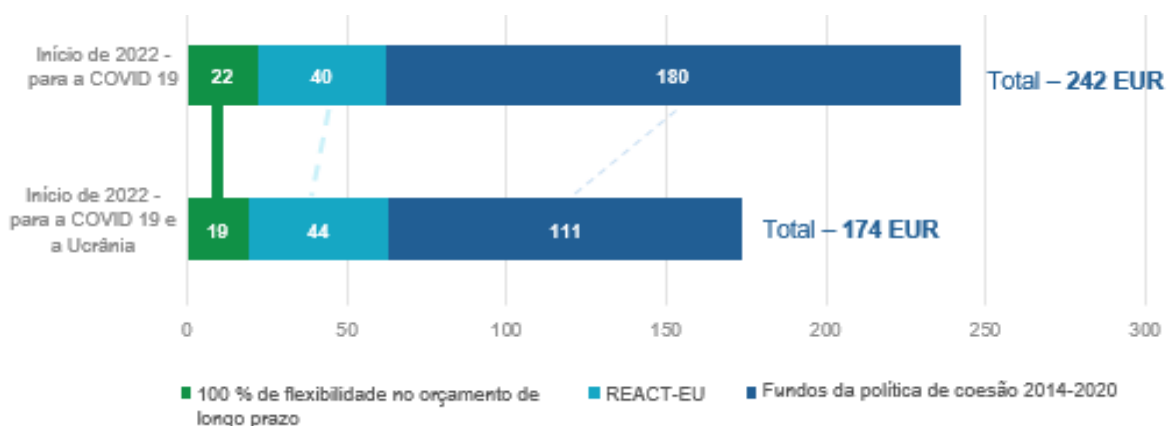
Tendo em conta o elevado nível de incerteza no tocante à evolução da guerra na Ucrânia, atualmente é impossível estimar os montantes de financiamento necessários na Ucrânia e na UE. Contudo, essas necessidades serão consideráveis. No início de 2022, a Comissão concentrou-se em prestar assistência imediata à Ucrânia e às pessoas que fugiam do país. No final de maio de 2022, a Comissão já tinha

⁽¹⁵⁾ https://ec.europa.eu/info/strategy/eu-budget/eu-borrower-investor-relations/nextgenerationeu-green-bonds/dashboard_en.

desembolsado a integralidade do orçamento de 1,2 mil milhões de EUR ⁽¹⁶⁾ do novo programa de assistência macrofinanceira de emergência para a Ucrânia. Um pacote de emergência superior a 550 milhões de EUR do orçamento da UE prestou apoio suplementar, combinando várias medidas, tais como assistência humanitária e de emergência e um contrato de apoio à construção do Estado e da resiliência. Ademais, o orçamento da UE está agora a mobilizar 800 milhões de EUR conforme o compromisso assumido em 9 de abril e 5 de maio. Em 18 de maio de 2022, a Comissão propôs conceder à Ucrânia nova assistência macrofinanceira excecional em 2022 sob a forma de empréstimos até ao montante máximo de 9 mil milhões de EUR.

Com vista a prestar assistência aos Estados-Membros, com base numa proposta da Comissão, os legisladores decidiram alargar as flexibilidades dos fundos da política de coesão restantes do período de 2014-2020, incluindo fundos do REACT-EU e dos assuntos internos. Embora indispensável para prestar liquidez e apoio, esta medida também assentou na reorientação de intervenções financiadas pelos programas da coesão e dos assuntos internos do período de 2014-2020, acarretando os desafios operacionais supramencionados.

Apesar de uma parte substancial do financiamento disponibilizado através da gestão flexível do orçamento ter sido utilizada, os montantes remanescentes têm de responder a duas grandes crises. O gráfico a seguir mostra que, no início de 2021, sem contar com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, estava disponível um máximo de 242 mil milhões de EUR para responder aos vários desafios, nomeadamente aos efeitos internos da COVID-19 na UE. No início de 2022, estava disponível um máximo de 174 mil milhões de EUR para responder aos efeitos contínuos da COVID-19 e para fazer face às consequências da agressão de guerra à Ucrânia pela Rússia. Sendo esses montantes limites máximos, os montantes que estão efetivamente disponíveis são inferiores. No âmbito da política de coesão, incluindo o REACT-EU, os montantes atualmente disponíveis que não necessitam de reafetações de outras prioridades e podem ser usados para fazer face às consequências económicas da COVID-19 ou a despesas para acomodar os refugiados da Ucrânia ao abrigo da Ação de Coesão a favor dos Refugiados na Europa (CARE) ascendem a 17 mil milhões de EUR, pelo que qualquer contribuição além desse montante exigirá reorientação de outras prioridades estratégicas. Além disso, a flexibilidade do orçamento de longo prazo abrange montantes de um período de sete anos, que não estão, portanto, disponíveis para um único ano.



Recursos disponíveis provenientes de mecanismos de flexibilidade específicos e utilização flexível dos fundos de coesão. Todos os montantes são expressos em milhares de milhão de EUR.

Fonte: Comissão Europeia.

⁽¹⁶⁾ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_3183.

As margens anuais e a flexibilidade no orçamento de longo prazo da UE são reduzidas comparativamente com o orçamento anual. Em conjunto, as margens e os instrumentos de flexibilidade no âmbito do novo orçamento de longo prazo durante o período completo de sete anos ascendem a um máximo de 22 mil milhões de EUR, ou aproximadamente 3 mil milhões de EUR anualmente. A comparação desse número com um orçamento anual de aproximadamente 170-180 mil milhões de EUR fornece uma flexibilidade inferior a 2 %. Em 2021, a Comissão conseguiu mobilizar montantes significativos de liquidez principalmente graças ao facto de tornar os fundos da política de coesão do período de 2014-2020 mais flexíveis e à presença do NextGenerationEU. Uma vez usadas, essas opções deixam de estar disponíveis, reduzindo significativamente a margem de manobra no orçamento da UE. O recurso a reafetações à escala de fundos de programas existentes exigiria escolhas políticas, porquanto teria impacto na capacidade a longo prazo do orçamento da UE para alcançar as prioridades estratégicas indicadas nos objetivos dos programas individuais.

Ademais, a agressão da Ucrânia pela Rússia está a causar desafios para os quais ainda não existem soluções orçamentais a longo prazo. Todo o apoio prestado até à data teve por objetivo responder às necessidades imediatas geradas pela chegada à UE de um grande número de refugiados provenientes da Ucrânia e prestar ajuda humanitária e outro tipo de apoio à Ucrânia e aos países vizinhos. Contudo, esta guerra contra a Ucrânia tem impactos significativos que vão muito além da situação humanitária e de segurança imediata. A Ucrânia precisará de contar com apoio internacional durante a guerra e para reconstruir o país posteriormente, o que exigirá um esforço considerável conducente a grandes necessidades financeiras a curto e longo prazo. Novos desafios, tais como a elevada inflação, a segurança energética, a segurança alimentar e outras repercussões, também requerem soluções orçamentais a nível da UE. Estas necessidades imprevistas criadas pela guerra na Europa estão muito além dos meios disponíveis no quadro financeiro plurianual atual e no NextGenerationEU, pelo que será necessário identificar novas fontes de financiamento.

Em 18 de maio de 2022, a Comissão propôs o REPowerEU - um plano para reduzir rapidamente a dependência dos combustíveis fósseis russos. O REPowerEU⁽¹⁷⁾ apresenta um conjunto adicional de ações para poupar energia, produzir energia limpa e diversificar o nosso aprovisionamento energético, com o objetivo final de alcançar um sistema energético mais resiliente e uma verdadeira união da energia. A Comissão propôs que o REPowerEU seja executado através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e propôs várias fontes de financiamento para reforçar os fundos disponíveis para o mecanismo para este efeito, nomeadamente a reafetação de fundos de programas existentes e a criação de recursos novos adicionais.

Foram criados instrumentos eficazes para garantir a boa gestão financeira

Com vista a fazer a melhor utilização possível do dinheiro dos contribuintes, é essencial garantir que o financiamento chega aos beneficiários previstos em conformidade com as regras aplicáveis. Para alcançar este objetivo, a Comissão conta com vários instrumentos, que ao longo dos anos se revelaram ser adequados à essa finalidade.

O sistema de governação e a cadeia de responsabilização da Comissão estão adaptados à sua estrutura e função únicas. O Colégio de Comissários é politicamente responsável pela gestão do orçamento da UE. Delega a gestão operacional corrente nos 51 gestores orçamentais

⁽¹⁷⁾ https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowerEU-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt.

delegados⁽¹⁸⁾, que gerem, dirigem e são responsáveis pela parte do orçamento da UE executada nos seus serviços. Os seus relatórios anuais de atividades contêm uma declaração de garantia sobre a utilização dos recursos que lhes são atribuídos, que podem sujeitar a uma reserva em caso de deficiências.

O quadro de controlo interno da Comissão constitui uma garantia essencial para as operações da Comissão, tanto mais no contexto da pandemia e das medidas de resposta subsequentes. Em 2021, a Comissão continuou a acompanhar de perto os riscos decorrentes da pandemia e sua atenuação eficaz. A estratégia antifraude da Comissão continuou a desempenhar um papel significativo na prevenção de uma eventual utilização indevida dos fundos da UE.

Em 2021, os serviços competentes dedicaram especial atenção à adaptação dos seus sistemas de controlo interno às necessidades do NextGenerationEU, seja através da definição de uma política de alto nível em matéria de risco e conformidade para as atividades de contração e concessão de empréstimos, ou da conceção de estratégias de auditoria e de controlo específicas para despesas no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

No seu quadro de controlo interno, a Comissão conta com estratégias de controlo multianuais e diferenciadas em função do risco para prevenir, detetar e corrigir erros e deficiências nos sistemas de controlo. Os programas de despesas da UE são plurianuais na conceção e as estratégias de controlo conexas também o são. Tal implica que a deteção e correção de erros pode ocorrer em qualquer altura, até ao ponto de encerramento no fim do ciclo de vida do programa. Por outro lado, as estratégias de controlo são adaptadas às diferentes modalidades de gestão, aos intervenientes envolvidos, aos domínios de intervenção e/ou métodos de financiamento e aos riscos associados. Esta diferenciação das estratégias de controlo é necessária para assegurar uma boa relação custo-eficácia, ou seja, que estabeleçam o equilíbrio certo entre um baixo nível de erros (eficácia), pagamentos céleres (eficiência) e custos razoáveis (economia).

A Comissão e os Estados-Membros realizam centenas de milhares de verificações todos os anos. A Comissão cria a sua garantia a partir da base e de forma circunstanciada, isto é, por programa ou outro segmento de despesas pertinente. Assim, a Comissão pode detetar deficiências e erros, bem como identificar as causas profundas de erros sistémicos, tomar medidas corretivas específicas e assegurar que os ensinamentos adquiridos sejam incorporados na conceção de futuros programas financeiros.

Na agricultura: 

Na coesão: 

⁽¹⁸⁾ O termo «gestores orçamentais delegados» abrange os diretores-gerais dos serviços da Comissão, os chefes das agências de execução, dos organismos, dos serviços, dos grupos de trabalho, etc. O artigo 74.º, n.º 1, do Regulamento Financeiro estabelece que: «Em cada instituição da União, o gestor orçamental é responsável por executar as operações relativas às receitas e às despesas de acordo com o princípio da boa gestão financeira, nomeadamente assegurando a apresentação de relatórios sobre o desempenho, e por assegurar a legalidade e a regularidade e a igualdade de tratamento dos destinatários.»

Foram realizadas mais de **900 000** verificações pelos Estados-Membros e **97** auditorias pela Comissão.

A Comissão examinou os relatórios anuais e pareceres relativos a **416** programas e realizou **61** auditorias.

Os resultados do controlo da Comissão confirmam que o orçamento da UE é bem gerido

A Comissão e os Estados-Membros tomam medidas para prevenir e corrigir deficiências e erros. Os principais mecanismos preventivos da Comissão consistem em controlos e auditorias *ex ante* (ver anexo 5 no volume III), incluindo auditorias aos sistemas para detetar deficiências nos sistemas de gestão e de controlo dos parceiros de execução. No regime de gestão partilhada, as autoridades dos Estados-Membros também realizam verificações e auditorias. Nos casos em que os mecanismos preventivos não tenham sido eficazes, os erros que afetam as despesas da UE são detetados e corrigidos após os pagamentos da Comissão pelos Estados-Membros e a Comissão.

Os controlos e auditorias da Comissão são eficazes.

Em resultado dos seus controlos e auditorias, em 2021 a Comissão aplicou medidas preventivas e corretivas no valor de 1 063 milhões de EUR, dos quais 298 milhões de EUR representaram medidas preventivas, ao passo que as medidas corretivas aplicadas totalizaram 765 milhões de EUR. Tal eleva o montante acumulado das medidas preventivas e corretivas aplicadas relativamente aos anos de 2017 a 2021 a 26 mil milhões de EUR. Além disso, os próprios Estados-Membros aplicaram medidas preventivas e corretivas num montante total de 4 557 milhões de EUR em 2021, parcialmente baseadas em auditorias da Comissão.

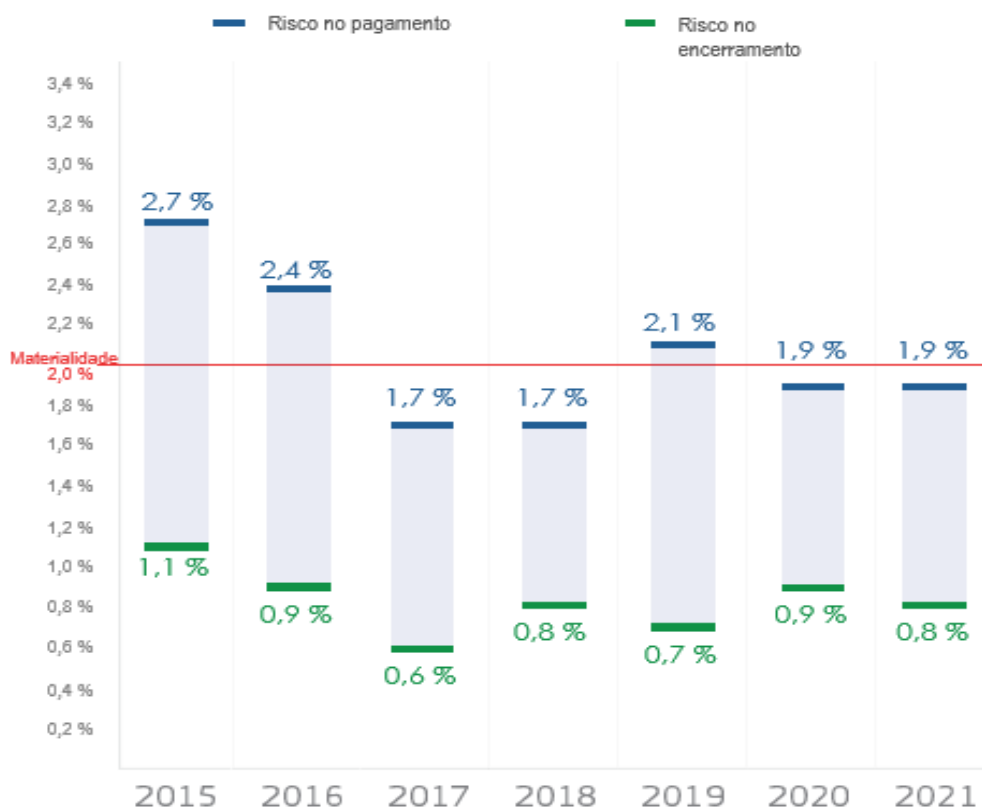
Globalmente, o risco no pagamento é inferior ao limiar de materialidade de 2 %. A Comissão estima que, após os seus controlos preventivos, o nível de erro remanescente - ou seja, o risco no pagamento, seja de 1,9 % ⁽¹⁹⁾. Trata-se de um resultado similar ao de 2020. Dado o carácter plurianual dos programas de financiamento, a Comissão envida esforços consideráveis para realizar controlos após os pagamentos e para efetuar correções até ao encerramento dos programas. Esses esforços estão refletidos no risco estimado no encerramento ⁽²⁰⁾, que corresponde ao risco no pagamento menos as correções futuras previstas pela Comissão.

Para 2021, o risco no encerramento é estimado em 0,8 %. Uma vez que este valor é muito inferior ao limiar de 2 % – também utilizado pelo Tribunal de Contas Europeu –, a Comissão considera que o orçamento no seu conjunto está efetivamente protegido. Isto é confirmado pelo parecer do auditor interno ⁽²¹⁾.

⁽¹⁹⁾ Este resultado não inclui as despesas no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, relativamente ao qual os resultados do controlo são divulgados separadamente com base numa avaliação qualitativa.

⁽²⁰⁾ No caso da política agrícola comum, utiliza-se antes o termo «montante final em risco estimado» para refletir melhor o facto de que não existe um ponto de encerramento definido para as medidas do Fundo Europeu Agrícola de Garantia.

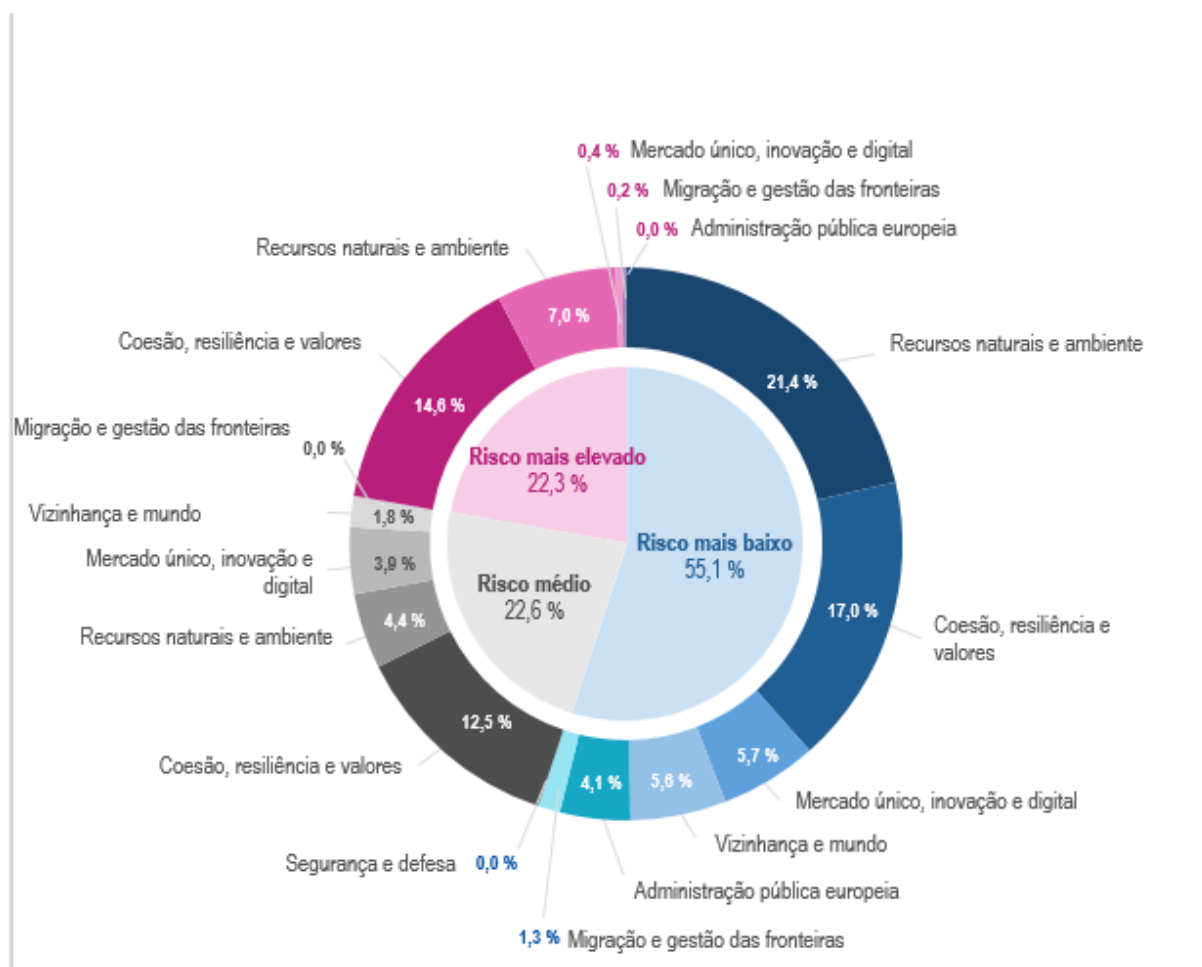
⁽²¹⁾ Ver anexo 2, secção 3.2 «Trabalho do Serviço de Auditoria Interna e parecer global».



Risco no pagamento e no encerramento para a Comissão Europeia para o período de 2015-2021.

Fonte: Comissão Europeia, relatórios anuais sobre a gestão e a execução do orçamento da UE 2015-2021.

Não obstante este resultado positivo global, a Comissão identifica os programas que apresentam um nível de risco mais elevado, permitindo-lhe centrar a sua ação nos domínios mais importantes. Graças à sua análise circunstanciada, a Comissão dispõe de dados robustos sobre o nível de risco diferenciado das despesas da UE. Com base no risco no pagamento, as despesas são divididas em segmentos de risco mais baixo (inferior a 1,9 %), médio (entre 1,9 % e 2,5 %) e mais elevado (acima de 2,5 %). No que respeita aos recursos naturais e à coesão, esta análise é realizada a nível de cada organismo pagador e de cada programa nos Estados-Membros, o que permite mostrar que a situação é diferenciada em função dos programas. Tal permite igualmente à Comissão abordar deficiências específicas mesmo em relação a políticas que, em conjunto, são de baixo risco, tais como a política agrícola comum.



Categorização pela Comissão Europeia das despesas em segmentos de risco mais elevado, médio e mais baixo, em percentagem do total das despesas pertinentes para 2021.

Fonte: Comissão Europeia.

Em especial, as despesas de risco mais elevado são as seguintes: alguns programas para os fundos da política de coesão que apresentam deficiências graves e/ou taxas de erro máximas superiores a 2,5%; os programas dos fundos da política de coesão e dos organismos pagadores para pagamentos diretos relacionados com a agricultura, medidas de mercado e desenvolvimento rural que tenham um risco no pagamento superior a 2,5%; e despesas relacionadas com subvenções complexas noutros programas de financiamento. Nos casos em que o nível de risco permanece elevado, tal é comunicado de forma transparente, através da emissão de reservas. Em 2021, existiam 16 reservas com um impacto financeiro total de 987 milhões de EUR, o que representa menos de 1% das despesas totais. Estas reservas são uma pedra angular da cadeia de responsabilização. Descrevem os desafios e deficiências encontrados, juntamente com as medidas previstas para os resolver.

Além de correções financeiras e recuperações, a Comissão está a tomar medidas para corrigir as insuficiências conducentes a riscos médios e mais elevados. As mesmas incluem comunicação dirigida aos beneficiários mais propensos a erros, utilização mais extensiva de formas simplificadas de subvenções, melhores controlos e reforço das capacidades das autoridades nacionais com deficiências nos seus sistemas de gestão e de controlo.

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência entrou na fase de execução

Criado no início de 2021, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência é um novo instrumento baseado no desempenho, com um caráter excepcional e temporário, ao serviço da recuperação da UE. Com uma dotação total de 723,8 mil milhões de EUR (a preços correntes) - 338 mil milhões de EUR em subvenções e 385,8 mil milhões de EUR em empréstimos - o seu objetivo é atenuar o impacto social e económico da pandemia de COVID-19 e promover uma recuperação duradoura que apoie as transições ecológica e digital. Os Estados-Membros são os beneficiários dos fundos, que são desembolsados em função da consecução dos marcos e metas pré-definidos.

Vinte e dois planos de recuperação e resiliência receberam uma avaliação positiva da Comissão e foram adotados pelo Conselho em 2021. Esses planos representam uma dotação total de 291 mil milhões de EUR em financiamento não reembolsável e 154 mil milhões de EUR em empréstimos. Os referidos 22 planos de recuperação e resiliência incluem um total de mais de 3 700 medidas (cerca de um terço relacionadas com reformas e dois terços com investimentos), juntamente com mais de 5 100 marcos e metas a serem cumpridos até 2026.

O financiamento é disponibilizado em várias prestações, após o cumprimento dos marcos e metas que os Estados-Membros se comprometeram a alcançar. Em 2021, a Comissão disponibilizou 54 mil milhões de EUR em pagamentos de pré-financiamento a 20 Estados-Membros ⁽²²⁾, que ajudaram a arrancar com a execução das medidas de investimento e de reforma descritas nos planos de recuperação e resiliência dos Estados-Membros. A Comissão desembolsou um primeiro pagamento relativo a marcos e metas no valor de 10 mil milhões de EUR a Espanha antes do final de 2021, após receber o pedido de pagamento em novembro de 2021.

Uma vez que o mecanismo é um instrumento baseado no desempenho, a legalidade e regularidade dos pagamentos efetuados pela Comissão depende da consecução efetiva dos marcos e metas. Aos Estados-Membros incumbe a responsabilidade principal de proteger os interesses financeiros da UE, incluindo verificar a conformidade com a legislação nacional e da UE aplicável. Para o efeito, criam quadros de controlo apropriados a nível nacional, em especial com vista a prevenir, detetar e corrigir fraudes, corrupção e conflitos de interesses e evitar o duplo financiamento.

Consequentemente, a tónica dos controlos da Comissão está no cumprimento satisfatório dos marcos e metas acordados. Para garantir uma boa gestão financeira, a Comissão conta com os controlos dos Estados-Membros, e complementa-os consoante necessário nas três etapas que se seguem.

- Durante a avaliação dos planos de recuperação e resiliência, a Comissão avalia os sistemas de controlo dos Estados-Membros e convida-os a incluir marcos adicionais nos planos para resolver deficiências identificadas antes do primeiro pagamento.
- Durante a execução do mecanismo, a Comissão avalia se os marcos e metas foram satisfatoriamente cumpridos e se todas as demais condições para o desembolso foram cumpridas. Se não for esse o caso, os pagamentos são suspensos ou reduzidos proporcionalmente. A Comissão também audita o funcionamento dos sistemas de gestão e de controlo dos Estados-Membros para proteger os interesses financeiros da UE e mais

⁽²²⁾ A Irlanda não pediu pré-financiamento e a Finlândia só recebeu o pagamento em janeiro de 2022.

concretamente as medidas destinadas a prevenir, detetar e corrigir casos de fraude, corrupção, conflitos de interesses e duplo financiamento.

- Após os desembolsos, a Comissão pode realizar controlos e auditorias *ex post* para ⁽²³⁾ verificar o cumprimento dos marcos e metas. A Comissão pode igualmente realizar auditorias *ad hoc* no caso de suspeita de irregularidades graves. Se necessário, a Comissão recuperará montantes proporcionais ou exigirá o reembolso antecipado dos empréstimos.

Para aferir o grau de risco associado às operações, a Comissão procede a uma avaliação qualitativa dos resultados das auditorias e dos controlos a nível dos Estados-Membros e da Comissão. Num contexto em que os pagamentos têm por base uma avaliação qualitativa do cumprimento dos marcos e metas e em que esses marcos e metas são muito diferentes, não é possível extrapolar os resultados dos controlos. Por conseguinte, ao contrário de outros programas, não é possível determinar uma taxa de erro significativa baseada em métodos estatísticos.

Com base na avaliação positiva dos dados relativos ao cumprimento dos marcos constantes do pedido de pagamento, **o gesto orçamental delegado confirmou que tinha uma garantia razoável** da legalidade e regularidade do pagamento único efetuado em 2021 no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Conclusão da gestão

A Comissão assegura que o orçamento da UE serve os cidadãos. Graças aos instrumentos eficazes em vigor e à gestão proativa do orçamento da UE, a Comissão conseguiu cumprir os seus objetivos políticos e responder a múltiplos desafios. A Comissão deu aos seus beneficiários, aos parceiros de execução e aos Estados-Membros o grau de flexibilidade necessário, assegurando simultaneamente uma boa gestão financeira e mantendo um nível adequado de garantia da gestão do orçamento da UE.

Todos os gestores orçamentais delegados apresentaram uma garantia razoável, embora com reservas, consoante o caso. Os relatórios anuais de atividades revelam que todos os serviços da Comissão instituíram controlos internos sólidos e apresentaram provas dos esforços envidados para melhorar a relação custo-eficácia, simplificar ainda mais as regras e proteger devidamente o orçamento contra fraudes, erros e irregularidades.

Com base nas garantias e reservas constantes dos relatórios anuais de atividades, e tendo em conta o parecer do auditor interno, o Colégio de Comissários adota o presente *Relatório anual sobre a gestão e a execução do orçamento da UE - exercício financeiro de 2021* e assume a responsabilidade política geral pela gestão do orçamento da UE.

⁽²³⁾ Em conformidade com o Acordo de Financiamento, podem ser realizadas auditorias *ex post* até cinco anos a contar da data em que foi submetido o último pagamento.

Evolução futura: perspectivas para 2022 e anos seguintes

No contexto da persistência de desafios enormes, a estreita cooperação com outras instituições da UE e os Estados-Membros continua a ser essencial. Tal como aconteceu com a pandemia, o desenrolar dramático de eventos na Ucrânia faz com que uma resposta robusta e coordenada a nível da UE seja necessária e justificada enquanto complemento indispensável do trabalho dos Estados-Membros.

As condicionantes do quadro financeiro plurianual 2021-2027 colocarão problemas à UE para responder plenamente à situação na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia. A Comissão está empenhada em garantir que cada euro do orçamento da UE seja utilizado com a máxima eficácia, nomeadamente reafetando e redefinindo prioridades quando surjam desafios não antecipados. Contudo, há limites para o que pode ser conseguido dentro das condicionantes do atual quadro financeiro plurianual. Grande parte da flexibilidade do orçamento já foi usada para reagir a várias crises, pelo que haverá menos margem para responder a futuras crises. Justifica-se, portanto, uma reflexão urgente sobre como garantir que o orçamento da UE poderá ter capacidade para responder às muitas exigências e expectativas a que está sujeito nestes tempos excecionalmente conturbados.

A Comissão propôs uma revisão específica do Regulamento Financeiro ⁽²⁴⁾. Uma vez que as alterações introduzidas pela revisão de 2018 requerem tempo para produzirem pleno efeito, esta proposta incide sobre o alinhamento com o novo orçamento de longo prazo, certas melhorias em matéria de gestão de crises na sequência dos ensinamentos adquiridos durante a crise de COVID-19 e a proteção reforçada dos interesses financeiros da UE.

A Comissão está a dar seguimento ao seu compromisso de continuar a disponibilizar uma ferramenta única de mineração de dados e de pontuação do risco (Arachne) aos Estados-Membros. Apoiar as autoridades do programa na identificação de riscos para as despesas, adaptando a ferramenta disponibilizada aos Estados-Membros no âmbito do quadro financeiro anterior. A Comissão continuará a oferecer apoio aos Estados-Membros para permitir a sua utilização eficaz. Na revisão em curso do Regulamento Financeiro, a Comissão propôs reforçar a utilização desta ferramenta de mineração de dados e de pontuação do risco.

Em 16 de fevereiro de 2022, o Tribunal de Justiça confirmou a validade do Regulamento (UE, Euratom) 2020/2092 relativo a um **regime geral de condicionalidade para a proteção do orçamento da UE**, contestado por dois Estados-Membros, Hungria e Polónia. Em março de 2022, a Comissão adotou orientações sobre a aplicação do regulamento. Na sequência do trabalho realizado ao longo de 2021, a Comissão enviou uma primeira notificação à Hungria, em abril de 2022, enquanto etapa subsequente ao abrigo do regime geral de condicionalidade, acionando o procedimento que poderá conduzir à imposição de medidas contra um Estado-Membro por violações dos princípios do Estado de direito. A Comissão acompanha em permanência a situação nos Estados-Membros e dará início ao procedimento nos termos do Regulamento Condicionalidade se as condições estiverem satisfeitas.

⁽²⁴⁾ Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União (reformulação), COM(2022) 223.

Getting in touch with the EU

In person

All over the European Union there are hundreds of Europe Direct centres. You can find the address of the centre nearest you online (european-union.europa.eu/contact-eu/meet-us_en).

On the phone or in writing

Europe Direct is a service that answers your questions about the European Union. You can contact this service:

- by freephone: 00 800 6 7 8 9 10 11 (certain operators may charge for these calls),
- at the following standard number: +32 22999696,
- via the following form: european-union.europa.eu/contact-eu/write-us_en.

Finding information about the EU

Online

Information about the European Union in all the official languages of the EU is available on the Europa website (european-union.europa.eu).

EU publications

You can view or order EU publications at op.europa.eu/en/publications. Multiple copies of free publications can be obtained by contacting Europe Direct or your local documentation centre (european-union.europa.eu/contact-eu/meet-us_en).

EU law and related documents

For access to legal information from the EU, including all EU law since 1951 in all the official language versions, go to EUR-Lex (eur-lex.europa.eu).

EU open data

The portal data.europa.eu provides access to open datasets from the EU institutions, bodies and agencies. These can be downloaded and reused for free, for both commercial and non-commercial purposes. The portal also provides access to a wealth of datasets from European countries.

